

CIES e-Working Paper N.º 183/2014

O estudo da Administração Pública no panorama da Sociologia nacional
Tematizações, protagonistas e domínios cruzados
Mara Alexandra de Almeida Furtado Vicente

Mara Vicente é doutoranda em Sociologia no ISCTE-IUL, bolsista da Fundação Para a Ciência e Tecnologia (FCT, I.P.) e investigadora acolhida pelo CIES/ISCTE-IUL. É mestre em Ciências do Trabalho e Relações Laborais, pelo mesmo Instituto Universitário. Tem desenvolvido pesquisas no âmbito da reforma administrativa e da implementação de sistemas de avaliação do desempenho. *E-mail*: mara_alexandra_vicente@iscte.pt.

Resumo

Este *Working Paper* é baseado no trabalho desenvolvido para a unidade curricular Investigação Sociológica em Portugal, do 1.º ano do curso de doutoramento em Sociologia. Tem como ponto de partida a constatação de Fernando Luís Machado, em 2009, relativamente à escassez de pesquisa sociológica sobre o mundo da Administração Pública. Tratando-se do maior empregador a nível nacional, surgiu a curiosidade de pesquisar sobre estudos realizados neste contexto, num domínio clássico designado por Machado (2009) de Sociologia do Trabalho, das Organizações, das Profissões e do Emprego.

Sem pretensões de exaustividade, este *Working paper* pretende apresentar as principais publicações no campo da Sociologia que abordem as temáticas do trabalho, das dinâmicas organizacionais, das profissões e mercado de emprego no contexto da Administração Pública. Conclui-se que o número de estudos não é numeroso e que existem diversas interligações com outros domínios da Sociologia e também com outras áreas científicas e disciplinas.

Palavras-chave: Sociologia, Administração Pública, trabalho, organizações, profissões, mercado de emprego

Abstract

This Working Paper is based on the work for the course Sociological Research in Portugal, at 1st year of the doctoral program in Sociology. The starting point is the statement of Machado (2009) concerning the lack of sociological research on the field of public administration. Since it is the biggest Portuguese employer it came out the curiosity to search for studies conducted in this context, considering a classic sociological domain, named by Machado (2009) as Sociology of Work, Organizations, Professions and Employment. Without claiming to be exhaustive, this working paper aims to present the main sociological academic works that address work, organizational dynamics, professions and the labour market in the context of public administration. We conclude that the number of studies is not large and there are many connections with other domains of Sociology as well as with other scientific fields and disciplines.

Key-words: Sociology, Public Administration, work, organizations, professions, labour market

Introdução

A institucionalização da Sociologia, após a revolução que instaurou a democracia em Portugal, conduziu à consolidação dos sociólogos enquanto grupo profissional (Machado, 1996, 2009; Pinto, 2004; Cunha, 2008). Desta forma, a Sociologia passou a diferenciar-se de outros conjuntos de atividades profissionais (Machado, 1996), definindo-se pela análise e tentativa de resolução de problemas em vários domínios da vida em Sociedade, incluindo o contexto laboral.

O presente trabalho tem por objetivo apresentar o estado de investigação produzida a nível nacional sobre a Administração Pública no âmbito da Sociologia e, particularmente, no domínio da Sociologia do Trabalho, Organizações e Profissões, em Portugal. Tratando-se de uma grande instituição e do maior empregador nacional, surgiu o interesse em conhecer os estudos de carácter sociológico produzidos até ao momento. Sem pretensões de exaustividade, realizou-se uma pesquisa de artigos publicados nas principais revistas de produção científica sociológica, estudos publicados por editoras nacionais, teses de doutoramento e comunicações apresentadas nos congressos organizados pela Associação Portuguesa de Sociologia e pela Associação Portuguesa de Profissionais em Sociologia Industrial, das Organizações e Trabalho. Consideramos pertinente começar por um enquadramento do surgimento da Sociologia no panorama científico português, particularizando de seguida o surgimento do domínio específico da Sociologia do Trabalho, das Organizações e das Profissões, de acordo com a tipologia proposta por Machado (2009).

Este *paper* encontra-se, assim, estruturado em três partes: a primeira procura esboçar o percurso da Sociologia em Portugal; a segunda apresenta uma particularização deste percurso para a Sociologia do Trabalho, das Organizações, das Profissões e do Emprego; a última parte procura dar a conhecer os principais estudos e pesquisas produzidas neste domínio sobre o mundo do trabalho na Administração Pública, apresentando uma caracterização dos principais grupos temáticos abordados e dos perfis académicos e profissionais dos autores dos trabalhos aqui considerados.

1. A Sociologia em Portugal

Apesar de se considerar que a institucionalização da Sociologia em Portugal teve lugar após a revolução do 25 de Abril de 1974 (Pinto, 2007; Ágoas, 2013), existem evidências que desde o último quartel do século XIX o campo intelectual português foi

demonstrando influências do movimento de eclosão das ciências sociais nos países centrais. Estas evidências dizem sobretudo respeito à obra de Teófilo Braga (Hespanha, 1996; Pinto, 2004), publicada em 1884, sob o nome “Systema de Sociologia”, com fortes influências do positivismo organicista e evolucionista de Comte e Spencer (Pinto, 2004). Este tratado de sociologia resultou de um contexto social e cultural, refletindo as polémicas intelectuais do virar do século marcadas pelo positivismo. O período de reflexão e de interesse pelas ciências sociais vivido na altura deu lugar a uma consagração institucional temporária da sociologia no mundo académico português ao entrar no Plano de Estudos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 1901. Porém, na sequência da reforma de cursos realizada dez anos mais tarde, a sociologia viria a ser substituída pela cadeira de Economia Política (Pinto, 2004).

Após um começo que parecia ser promissor, a Sociologia portuguesa experiencia um período conturbado durante as cinco décadas do regime ditatorial, sendo encarada como uma ameaça ao bom funcionamento da sociedade, devendo por isso as reflexões e as discussões realizadas no seu âmbito ser vigiadas e censuradas pelo aparelho ideológico-repressivo do Estado (Nunes, 1988; Almeida, 1992; Pinto, 2004; Cunha, 2008).

Na década de 1960 começam a surgir condições mais favoráveis para uma maior abertura às ciências sociais: tomada de consciência progressiva do atraso da sociedade portuguesa, quando comparada com outras sociedades da Europa (Hespanha, 1996), abertura da economia ao exterior, surto emigratório, a proletarização da população rural e a urbanização intensificada (Rodrigues e Lima, 1987; Pinto, 2004). É neste período que se assiste à criação do *Gabinete de Investigações Sociais* no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, em 1962, que passará a editar a revista *Análise Social* no ano seguinte, sob a direção de Adérito Sedas Nunes (Rodrigues e Lima, 1987; Nunes, 1988; Hespanha, 1996; Machado, 1996 e 2009; Pinto, 2004; Cunha, 2008). Esta revista tornou-se rapidamente numa referência importante no campo intelectual nacional (Pinto, 2004).

Neste contexto de mudança, com a abertura do regime subsequente à morte política de Salazar (Pinto, 2004), a reforma Veiga Simão levou ao surgimento de disciplinas introdutórias em Ciências Sociais em institutos universitários (Almeida, 1992), à criação do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa¹ (ISCTE)

¹ Antigo Instituto de Estudos Sociais (Ágoas, 2013)

(Rodrigues e Lima, 1987; Freire, 1993) e ao nascimento da licenciatura em Ciências Sociais no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (Rodrigues e Lima, 1987).

Com a revolução de 25 de Abril de 1974, assistiu-se a um retorno mais célere de um conjunto vasto de intelectuais, entre os quais bastantes sociólogos, que ajudou a promover a abertura da comunidade científica à Sociologia. Tal acontecimento conduziu à institucionalização desta ciência em Portugal, com a abertura de licenciaturas (Rodrigues e Lima, 1987; Almeida, 1992; Hespanha, 1996; Machado, 1996 e 2009; Pinto, 2004; Cunha, 2008), sendo o ISCTE a primeira instituição de ensino superior a ministrar uma licenciatura em Sociologia (Freire, 1993; Machado, 1996 e 2009; Pinto, 2004; Cunha, 2008; Ágoas, 2013). Nesta altura, surgem também centros de investigação sociológica em diversas universidades (Pinto, 2004; Hespanha, 1996; Machado, 1996 e 2009; Cunha, 2008) como por exemplo o Centro de Estudos Sociais (CES-UC), na Universidade de Coimbra, em 1978, o Instituto de Ciências Sociais (antigo GIS)², em 1982, na Universidade de Lisboa, o Centro de Investigação e Estudos em Sociologia (CIES), no ISCTE, em 1985, e o Gabinete de Investigação em Sociologia Aplicada (Socinova), na Universidade Nova, em 1987 (Machado, 1996 e 2009; Cunha, 2008). O panorama editorial altera-se, de igual forma, dando lugar à publicação de revistas científicas na área das ciências sociais (Pinto, 2004; Cunha, 2008). São exemplo, a Revista Crítica de Ciências Sociais (CES-UC), em 1978; Cadernos de Ciências Sociais (da Universidade do Porto), em 1984; a revista Sociologia - Problemas e Práticas (do CIES-ISCTE), em 1986; e a revista Sociologia (da Faculdade de Letras da Universidade do Porto), em 1991 (Casanova, 1996; Machado, 1996 e 2009; Cunha, 2008). Nos finais da década de 1980 e, sobretudo, na década de 1990, inicia-se a oferta de cursos de pós graduações e mestrados em diversas universidades do país, conduzindo à generalização do ensino pós graduado de Sociologia (Machado, 2009). É também no início da década de 1990 que surge o Centro de Estudos Económicos e das Organizações – SOCIUS, integrado no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa, centrando as suas linhas de investigação nas áreas da Sociologia económica e das organizações.

A crescente institucionalização resultou num aumento de cursos nesta área. Com efeito, existem atualmente 14 estabelecimentos de ensino superior com programas de

² O CES-UC e o ICS são ambos Laboratórios Associados, desde 2002.

licenciatura em Sociologia e alguns disponibilizam também formação pós-graduada de segundo nível. Desde 2000 foram criados três programas de doutoramento em Sociologia. A grande maioria das teses de doutoramento foram registadas após esta data (Neto, 2013), contando atualmente com mais de 500 doutorados nesta área em Portugal (Machado, 2009; Cantante, 2012).

Neste cenário de crescente institucionalização, foram criadas associações científicas. É o caso da Associação Portuguesa de Sociologia (APS), em 1985, da Associação Portuguesa de Profissionais em Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho (APSIOT), no mesmo ano, e da Associação Profissional dos Sociólogos Portugueses (APSP), no ano seguinte e extinta algum tempo depois (Hespanha, 1996; Machado, 1996 e 2009; Cunha, 2008). A APS passou a publicar a revista *Sociologia Online*, em Abril de 2010, estando neste momento no número seis (www.aps.pt, 2014) e a APSIOT iniciou a edição da revista *Organizações e Trabalho* no final de 1989, contando atualmente com trinta e oito publicações (www.apsiot.pt, 2014).

Nos anos 1990, a Sociologia era caracterizada por uma tripla juventude, no que respeita aos profissionais, à profissão e à própria disciplina (Machado, 1996). A constituição dos sociólogos enquanto grupo profissional estava ainda a dar os primeiros passos (Costa, 1988). Porém, ela sofreu um forte desenvolvimento (Machado, 1996, 2009; Marques, 2004) encontrando-se atualmente numa fase de institucionalização avançada (Machado, 1996, 2009). A profissão não é apenas desenvolvida nas universidades e centros de investigação associados. Os sociólogos têm vindo a inserir-se no mercado de trabalho em diversas atividades, desempenhando diferentes papéis profissionais (Machado, 1993; Marques, 2004). Encontram-se presentes em vários serviços da administração pública³, central, regional e autárquica⁴, bem como em empresas privadas e organizações não-governamentais (Machado, 1993 e 1996; Gonçalves, Parente e Veloso, 2001).

O campo da Sociologia em Portugal apresenta-se como bastante diversificado e heterogéneo no que respeita ao desenvolvimento e consolidação das diferentes áreas de

³ Para conhecimento do trabalho desenvolvido por um sociólogo na Administração Pública, sugere-se a leitura de Arminda Neves, “Uma experiência pessoal.” *Sociólogos: profissionais da mudança social?* (III Congresso Português de Sociologia). Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, 1996.

⁴ Para conhecimento de algumas experiências de sociólogos em autarquias, sugere-se a leitura de: Manuel João Ribeiro, “Um quadro integrado da atividade sociológica. Reflexão sobre uma experiência profissional.” *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local* (Atas do encontro de Vila do Conde). Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, pp. 45-58, 1994; e Rui Banha, “O sociólogo numa autarquia.” *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local* (Atas do encontro de Vila do Conde). Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, pp. 71-83, 1994.

investigação (Cantante, 2012). De acordo com a tipologia proposta por Machado (2009, p. 301), as áreas de investigação sociológica em Portugal dividem-se em três domínios: 1) domínios clássicos duradouros (reflexão epistemológica e teórico-metodológica, estrutura e mudança social, juventude, classes sociais, educação); 2) novos domínios clássicos (trabalho, organizações e profissões, cidade e território, política e estado, culturas populares, culturas cultas, família e género, pobreza e exclusão social, comunicação e media, valores); e 3) domínios recentes consolidados (saúde, ciência, imigração e etnicidade, ambiente). Embora difiram no momento de arranque e consolidação, estes três domínios apresentam em comum um volume e uma continuidade de investigação e produção bibliográfica elevados (Cantante, 2012).

2. A Sociologia do Trabalho, das Organizações, das Profissões e do Emprego

A Sociologia do Trabalho, das Organizações, das Profissões e do Emprego constitui-se como um novo domínio clássico dentro da Sociologia, devido à distância na data dos primeiros trabalhos de investigação e ainda ao facto de apresentar um ritmo de estudos muito bom, atraindo diversos investigadores (Machado, 2009). É o domínio mais produtivo e constante nesta disciplina científica (Machado, 2009; Neto, 2013).

Tendo começado por estudar o trabalho, os movimentos operários e o sindicalismo, o leque de temas de pesquisa foi-se alargando, passando a incluir também o emprego e as suas modalidades, as culturas de empresa, as mudanças tecnológicas, as dinâmicas organizacionais e, mais recentemente, as profissões (Stoleroff, 1992a; Marques, 2004; Machado, 2009). Porém, o arranque deste domínio surge tardiamente em Portugal, por comparação com o movimento geral europeu, fruto do atraso global no desenvolvimento das ciências sociais no nosso país (Rodrigues e Lima, 1987), nomeadamente da Sociologia, referido no ponto anterior.

No início do século XX, o surto de lutas sociais torna-se alvo de atenção por parte dos meios universitários (Rodrigues e Lima, 1987; Freire, 1993), mas é nos anos de 1960 que a investigação sobre temas económico-sociais se desenvolve, originando condições menos desfavoráveis para o crescimento da pesquisa no âmbito do trabalho (Rodrigues e Lima, 1987). “A referência ao *trabalho* como núcleo analítico fundamental e a crescente sensibilização às inovações sociais associadas ao desenvolvimento industrial conduzem ao aprofundamento da pesquisa sobre as relações

sociais que se formam no espaço produtivo.” (Rodrigues e Lima, 1987, p.128). Após a revolução de 25 de Abril de 1974, o despertar do movimento operário e do sindicalismo livre ocupou um lugar de destaque na Sociologia do Trabalho, no nosso país (Stoleroff, 1992a). O primeiro trabalho de investigação empírica sobre este tema foi realizado por Maria de Lourdes Lima dos Santos, Marinús Pires de Lima e Vítor Matias Ferreira⁵, na altura pertencentes ao ICS-UL (Machado, 2009).

Os investigadores revelaram um grande interesse por esta área da Sociologia, surgindo diversos trabalhos de pesquisa e publicações em revistas periódicas. Um estudo efetuado por Rodrigues e Lima (1987) sobre os temas dos objetos de análise nos artigos publicados na revista *Análise Social* entre 1963 e 1984 revela que as questões laborais despertaram com maior frequência o interesse dos investigadores no período referido. Um outro estudo realizado sobre a revista *Sociologia – Problemas e Práticas* demonstra que a área Trabalho e Organizações constitui o terceiro tema com maior número de publicações na primeira década da revista (Casanova, 1996). Mais recentemente, uma pesquisa conduzida por Barroso, Nico e Rodrigues (2011) revelou que esta área é a que apresenta uma maior percentagem de teses de doutoramento concluídas (13,4%) e em curso (10,9%) no período de 1975 a 2005. No entanto, a prática de pesquisa da Sociologia do Trabalho parece ter sido muito desigual “concentrando-se sobre alguns temas, deixando cair outros e ignorando alguns” (Stoleroff, 1992b, p. 161).

A constatação deste grande interesse motivou o I Encontro Nacional de Profissionais em Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho (APSIOT), em 1984, com o objetivo de fazer o levantamento do que tinha sido feito em Portugal (identificação de temas, instituições, necessidades que geraram ações e suportes de financiamento), discutir as principais dificuldades e os obstáculos ao desenvolvimento do mesmo, e ainda debater as necessidades de ação e de intervenção nesta área da Sociologia. O II Encontro Nacional, realizado em Junho de 1985 na Aula Magna do ISCTE, consagrou a constituição da APSIOT (Kovács e Moniz, 1986; Rodrigues e Lima, 1987).

Uma das dificuldades associadas à Sociologia do Trabalho prende-se com a delimitação do seu objeto de análise (Rolle, 1978; Stoleroff, 1992b; Freire, 1993 e 2001; Ferreira e Costa, 1999; Marques, 2004; Almeida, 2005). Se, por um lado, parece

⁵ Maria de Lourdes Lima dos Santos, Marinús Pires de Lima e Vítor Matias Ferreira, *O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*, Porto, Edições Afrontamento, 1976 (3 volumes).

não ser fácil conseguir uma definição satisfatória e consentânea do objeto trabalho, do ponto de vista conceptual e lógico, que resista ao desenvolvimento socioeconómico, por outro, a inclusividade temática parece conduzir a uma tentativa ambiciosa de delimitação do campo teórico e problemático (Stoleroff, 1992a; Freire, 1993 e 2001; Almeida, 2005) e à afirmação de fronteiras distintas de outras abordagens científicas, como por exemplo a Economia, o Direito, a Psicologia Social e a Gestão (Marques, 2004). Com efeito, a definição de trabalho está associada a uma vastidão de vocábulos, como por exemplo, trabalho e atividade, trabalho e emprego, trabalho e desemprego. Um outro aspeto gerador de ambiguidade semântica prende-se com o facto de o trabalho constituir uma realidade variável e relativa aos contextos e aos grupos sociais a que diz respeito (Marques, 2004; Almeida, 2005). Mais, se se conceptualizar o trabalho como uma atividade que possui uma finalidade específica (Friedmann e Naville, 1973), poderá integrar-se aqui também outras atividades, como por exemplo a leitura (Stoleroff, 1992b). O conceito de trabalho é, pois, um conceito problemático, no sentido em que expressa uma realidade mutável, assumindo valores e representações diversas em diferentes épocas históricas, grupos sociais e culturas (Freire, 2001; Marques, 2004; Almeida, 2005).

O surgimento da Sociologia das Profissões deu-se também bastante tarde. Apesar de ser um ramo com uma boa atividade em outros países, na década de 1990, ou seja, cerca de 20 anos após a institucionalização da Sociologia em Portugal, esta área não tinha ainda qualquer tradição no panorama nacional (Rodrigues, 1997; Gonçalves, 2008). Foi, então, no decorrer desta década, que se observou um aumento da produção sociológica sobre os grupos profissionais, mas ainda num nível limitado (Gonçalves, 2008).

Não obstante a heterogeneidade dos temas abordados e da relativa desproporcionalidade entre eles, este domínio assume um carácter singular, constituindo-se quase como um campo autónomo dentro da Sociologia. Para tal, contribuem dois fatores: 1) criação de uma associação científica e profissional muito ativa, com a publicação de uma revista própria e 2) uma oferta múltipla de cursos de pós-graduação e de mestrados muito procurados (Machado, 2009).

3. A Administração Pública no domínio da Sociologia do Trabalho, das Organizações e das Profissões: tematizações e protagonistas

De acordo com Madureira e Asencio (2013, p. 11), a Administração Pública constituiu-se durante muitos anos como objeto de estudo da Ciência Política e do Direito Administrativo, sendo abordada numa perspetiva político-legalista, afastando-se de uma visão sociológica do seu funcionamento e dinâmicas organizacionais. A este respeito, Machado (2009) afirma a estranheza de poucos sociólogos com diversas competências de pesquisa no âmbito do trabalho, das organizações e das profissões se interessarem por estudar o mundo da Administração Pública, na medida em que esta representa o maior empregador a nível nacional.

Partilhando esta estranheza, surgiu a curiosidade em realizar um trabalho de pesquisa bibliográfica com o objetivo de conhecer os principais estudos desenvolvidos sobre a Administração Pública, os seus atores e estruturas no campo da Sociologia do Trabalho, das Organizações e das Profissões (ainda que possam ser em número reduzido). Neste sentido, serão considerados estudos que se centrem nas temáticas do trabalho, das dinâmicas organizacionais, das profissões operantes no setor público e também em temáticas de emprego que respeitem ao contexto da Administração Pública nacional.

A metodologia de investigação teve por base a consulta dos índices das revistas nacionais de referência na área da Sociologia⁶, a utilização do catálogo bibliográfico do ISCTE-IUL e a consulta das páginas eletrónicas da APS e da APSIOT. Recorreu-se também à *Web* para recolher informação complementar referente a outras publicações dos autores citados no catálogo bibliográfico do ISCTE-IUL. A seleção de trabalhos obedeceu a quatro critérios: 1) a problemática abordada dizia respeito a questões de trabalho, análise das dinâmicas organizacionais, profissões e profissionais que operem no setor público e/ou mercado de emprego; 2) os trabalhos foram produzidos por investigadores com formação académica na área da Sociologia; nos casos de coautoria, pelo menos o primeiro autor cumpria este requisito; 3) os autores dos trabalhos são sociólogos portugueses ou radicados em Portugal e 4) os artigos e obras foram editados no âmbito de publicações nacionais. A apresentação dos trabalhos considerados irá seguir uma lógica de cronologia e de proximidade de problemáticas abordadas.

⁶ O universo de revistas científicas na área da Sociologia considerado nesta pesquisa contempla os seguintes periódicos: Sociologia – Problemas e Práticas, Análise Social, Revista Crítica de Ciências Sociais, Fórum Sociológico, Organizações e Trabalho, Revista Sociologia e Sociologia *On Line*.

Mas antes de analisar a produção sociológica nacional sobre o mundo do trabalho na Administração Pública portuguesa, importa definir o conceito e fazer uma breve caracterização desta instituição, de modo a delimitar concetualmente os estudos considerados para o presente *paper*.

3.1. O conceito de Administração Pública

De acordo com a Direção Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), a Administração Pública pode ser entendida num duplo sentido: orgânico e material. No sentido orgânico, a Administração Pública pode ser perspectivada como um conjunto de órgãos, serviços e agentes do Estado e de outras entidades públicas que têm por finalidade satisfazer de forma regular e contínua as necessidades coletivas. No sentido material, a Administração Pública constitui a própria atividade exercida por este sistema de órgãos, serviços e agentes.

Atendendo ao primeiro sentido, a Administração Pública é constituída por três grandes grupos de entidades:

- a) Administração direta do Estado: composta por entidades subordinadas hierarquicamente ao Governo, que possuem poderes de direção. Estas entidades distinguem-se, quanto à competência territorial, em serviços centrais, com competências em todo o território nacional (e.g. Direções Gerais) e em serviços periféricos (e.g. Direções Regionais), cuja competência se circunscreve à área geográfica em que atuam, incluindo os serviços de representação externa (e.g. embaixadas e consulados).
- b) Administração indireta do Estado – integra as entidades públicas sujeitas à superintendência e tutela do Governo (que apresenta poderes de orientação, de fiscalização e de controlo). Estas entidades são dotadas de personalidade jurídica e de autonomia administrativa e financeira. Neste grupo distinguem-se três tipos de entidades:
 - Serviços personalizados: pessoas coletivas de natureza institucional dotadas de personalidade jurídica, com independência em relação à pessoa coletiva Estado, que exercem funções próprias deste. São exemplos: Instituto Nacional de Estatística, I.P.; Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. e Laboratório Nacional de Engenharia Civil,

I.P., Hospitais públicos não empresarializados, Universidades públicas e Entidades Reguladoras independentes.

- Fundos personalizados: pessoas coletivas de direito público com natureza patrimonial destinadas à prossecução de determinados fins públicos especiais. São exemplo os Serviços Sociais das forças de segurança.
- Entidades públicas empresariais: pessoas coletivas de natureza empresarial com fim lucrativo, nas quais o Estado ou outras entidades públicas estaduais são detentores da totalidade do capital. São exemplos os hospitais públicos empresarializados.

c) Administração Autónoma – integra entidades sujeitas apenas à tutela do Governo (que possui o poder de fiscalização e de controlo), agrupando-se em três categorias: Administração Regional, Administração Local (que abrange as autarquias locais) e Associações Públicas (e.g. Ordens profissionais, que têm a competência de regular o exercício da respetiva profissão).

3.2. O estudo sociológico da Administração Pública

Viajando no tempo até à década de 1990, encontramos um trabalho teórico de António Norberto Rodrigues que elabora uma reflexão sobre a existência de valores transversais e de referências comuns nas culturas organizacionais dos diversos serviços públicos. Segundo o autor, este fenómeno resulta da influência de normativos iguais definidos pela mesma entidade – o Governo. Tendo por base a sua reflexão, Rodrigues (1994) procura enfatizar a importância do diagnóstico da cultura organizacional de qualquer serviço público antes da implementação de medidas de reforma.

Nesta época encontramos também três artigos de Maria Teresa Ganhão (1994a, 1994b e 1995), os dois primeiros publicados na revista Fórum Sociológico e o terceiro na revista Organizações e Trabalho. Saliendo igualmente a importância do diagnóstico organizacional antes da implementação de mudanças, a autora baseia-se num modelo desenvolvido por si que procura explicitar o impacto das variáveis psicossociais sobre a mudança organizativa e os comportamentos de resistência. À semelhança de Rodrigues (1994), os trabalhos de Ganhão baseiam-se na aplicação de modelos teóricos ao contexto particular da administração pública, não apresentando dados empíricos de suporte.

No virar do século, surge-nos um artigo de César Madureira (2000) abordando a problemática da formação profissional no contexto da administração pública. O investigador defende que a requalificação dos funcionários públicos deverá passar por uma política de formação concertada, abandonando definitivamente o estatuto de processo institucional. Posteriormente, em co-autoria com Miguel Rodrigues, Madureira analisa o impacte das novas medidas de recrutamento e contratação de dirigentes e funcionários públicos, bem como a avaliação do desempenho destes agentes (Madureira e Rodrigues, 2006). Mais tarde, os dois autores procuram enquadrar a avaliação do desempenho nos processos de gestão de serviços públicos, analisando as idiossincrasias associadas à implementação de um modelo de gestão de resultados na administração pública (Madureira e Rodrigues, 2007).

Prosseguindo os seus trabalhos de investigação sobre os dirigentes da administração pública, Madureira publica, em 2010, um trabalho na revista *Sociologia – Problemas e Práticas* em co-autoria com David Ferraz⁷. Neste artigo, é apresentada uma análise do critérios de seleção dos dirigentes e altos dirigentes da administração pública portuguesa, verificando que os mesmos estão relacionados na maioria das vezes com questões administrativas e políticas, o que leva estes responsáveis a serem nomeados com base na “confiança” (política ou pessoal) em detrimento das competências técnicas e de gestão. Com base nas conclusões que retiram do seu trabalho, os autores propõem um modelo de seleção híbrido (Madureira e Ferraz, 2010, p. 64). Mais recentemente, num artigo publicado numa coletânea organizada por si e por Maria Asencio⁸, Madureira (2013) reafirma a importância da profissionalização e da avaliação do desempenho dos dirigentes da administração pública, criticando o seu hibridismo com a política e a afiliação partidária. Na sua opinião, a eficácia na gestão dos serviços públicos implica uma autonomia dos dirigentes relativamente aos governos e mudança de governos, bem como às afiliações partidárias, contrariamente ao que se verifica no caso português. O autor defende ainda a importância da definição de critérios objetivos para a avaliação do desempenho dos dirigentes, à semelhança do que sucede com os

⁷ Doutorando em Políticas Públicas, no ISCTE-IUL. Tem desenvolvido trabalhos de investigação sobre os dirigentes da administração pública.

⁸ Investigadora do extinto Instituto Nacional da Administração, I.P.

funcionários, por forma a que o modelo SIADAP⁹ “possa funcionar de forma harmoniosa” (Madureira, 2013, p. 169).

Apresentando um interesse semelhante pela problemática da avaliação do desempenho no âmbito das reformas da administração pública, Bilhim¹⁰ (2012 e 2013) reflete sobre a implementação de práticas de gestão privada no setor público e a sua adequação às culturas organizacionais dos serviços públicos. O investigador debate também o impacto da utilização da metodologia de gestão por objetivos, da avaliação do desempenho e da meritocracia na gestão dos recursos humanos da administração pública, em geral, e na gestão de carreiras em particular, assinalando as vantagens e limitações neste contexto, com base em referências concretas ao modelo SIADAP. Bilhim (2012) analisa ainda o papel dos gestores públicos e das culturas organizacionais, fazendo a comparação entre as administrações públicas anglo-saxónicas e as administrações públicas do sul da Europa.

Ainda centrado na problemática geral do processo reformista, encontramos um artigo de Juan Mozzicafreddo¹¹, em coautoria com Carla Gouveia¹², que procura caracterizar as diversas etapas e contextos da reforma da administração pública em Portugal operadas a partir das últimas décadas do século passado (Mozzicafreddo e Gouveia, 2011).

Refira-se que os trabalhos citados até ao momento apresentam uma análise da administração pública de uma forma global, considerando-a como um único objeto de estudo. Porém, outros investigadores direcionam as suas pesquisas para um setor

⁹ Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública. Trata-se de um modelo de avaliação do desempenho dos serviços, dirigentes e funcionários públicos, implementado desde o segundo semestre de 2004, embora de modo pouco uniforme, em quase todo o universo da administração pública.

¹⁰ João Bilhim tem mantido uma produção constante sobre a administração pública, quer em publicações nacionais quer em publicações internacionais. Estes dois trabalhos foram selecionados por se considerar que as problemáticas abordadas se aproximam mais dos critérios estabelecidos para a elaboração deste *paper*.

¹¹ Mozzicafreddo é autor de inúmeros artigos e comunicações sobre a administração pública, a reforma do Estado e a sua relação com os cidadãos, o poder local e o Estado Providência. De acordo com a tipologia de Machado (2009, p. 303) em que se baseia o presente *paper*, estes estudos situam-se no domínio base da Sociologia Política e do Estado. Por este motivo, não serão aqui descritos. No entanto, dada a pertinência do trabalho desenvolvido pelo investigador, sugerimos duas referências de leitura para um conhecimento mais detalhado sobre o mesmo: a) Mozzicafreddo, Juan (2007). “Interesse Público e funções do Estado – dinâmica conflitual de mudança”. In Juan Mozzicafreddo, João Salis Gomes e João da Silva Batista (Orgs.). *Interesse público, Estado e administração*. Oeiras: Celta Editora, pp. 9-38; b) Mozzicafreddo, Juan (2002). “Responsabilidade e cidadania na administração pública”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 40, pp. 9-22.

¹² Mestre em Administração e Políticas Públicas, cujo trabalho de mestrado foi orientado por Juan Mozzicafreddo.

específico de atividade. É o caso dos estudos desenvolvidos por Teresa Carvalho (2009 e 2010), investigadora da Universidade de Aveiro, sobre a reforma administrativa no setor da saúde. Mobilizando quadros teóricos da Sociologia das Profissões, a autora discute o impacto da aplicação dos princípios da Nova Gestão Pública¹³ no setor da saúde, bem como as suas consequências para a profissão de enfermagem e para o profissionalismo dos enfermeiros. Carvalho (*idem*) analisa também as estratégias dos enfermeiros para lidar com as alterações e as ameaças das medidas de reforma managerialistas no que respeita aos interesses da profissão e à manutenção do seu *status quo*, que passa por exemplo pela incorporação de práticas e linguagem de gestão nas tarefas diárias.

Numa linha próxima de investigação, Tiago Correia (2009 e 2011b) debruça-se sobre o processo de empresarialização dos hospitais públicos, no seguimento da implementação dos princípios da Nova Gestão Pública ao setor da saúde, analisando as mudanças nas estruturas organizacionais e as reações dos atores. As principais consequências identificadas pelo investigador dizem respeito à descentralização de competências de gestão dos serviços, passando a decisão para o nível micro (i.e. Conselhos de Administração das unidades de saúde), ao financiamento e prestação de contas, à racionalização de custos, à desregulação do mercado de trabalho médico e à competição e diferenciação dentro do Serviço Nacional de Saúde. Na sua tese de doutoramento (Correia, 2011a) e num livro editado posteriormente (Correia, 2012), o investigador analisa os efeitos das mudanças identificadas sobre a profissão médica e o profissionalismo dos atores, focando a atomização das relações laborais e a desregulação do mercado de trabalho médico.

Também Gonçalves (2013), na sua tese de doutoramento, aborda a evolução das relações laborais na administração pública. O autor descreve a emergência dos contratos individuais de trabalho e a sua prevalência sobre a contratação coletiva, analisando o seu impacto nas relações laborais nos setores da saúde e da educação. Na sua opinião, esta evolução configura um processo típico de empresarialização.

Antes de finalizar este tópico, gostaríamos de salientar outros investigadores com capacidades de pesquisa bem consolidadas e demonstradas, que se dedicam ao estudo da Administração Pública, nomeadamente as políticas de reforma. A não

¹³ Tradução de *New Public Management* – conjunto de doutrinas que dominaram a agenda das reformas administrativas em vários países da OCDE a partir da década de 1970, partindo do princípio que a gestão dos serviços públicos deveria seguir modelos similares aos de gestão privada.

descrição das suas obras prende-se com o critério estabelecido de dizer referência à problemática do trabalho, dinâmicas organizacionais, que se pensa situarem conceptualmente na Sociologia Política, o confronto entre cidadão e Estado e a relação entre estes dois atores políticos. São diversos os trabalhos publicados

3.3. As comunicações nos encontros científicos

Os congressos promovidos pelas associações profissionais nacionais na área da Sociologia podem ser considerados como um observatório privilegiado para a análise da evolução científica (Barroso e outros, 2011) e dos interesses de pesquisa neste campo.

O primeiro trabalho que encontramos sobre o mundo da Administração Pública é da autoria de Manuel Rodrigues¹⁴ sobre o clima organizacional num serviço público, apresentado no IV Congresso Português de Sociologia, em 2000. Procurando investigar quais os fatores organizacionais e individuais com maior relevância no nível de satisfação dos funcionários públicos da Segurança Social, Rodrigues (2000) realizou um estudo empírico no Centro Social e Regional da Segurança Social de Braga. O autor concluiu sobre a existência de uma relação entre os conceitos de satisfação e de stresse, destacando os fatores que parecem ter assumido uma maior relevância nesta relação: a participação, a concretização de expectativas e a natureza e características da função (i.e. sobrecarga quantitativa de trabalho, condições de trabalho e carga de responsabilidade).

No V Congresso Português de Sociologia, Nunes (2004) apresentou uma comunicação em que procurou traçar o perfil dos dirigentes e dos gestores da administração pública portuguesa no que respeita a variáveis sociodemográficas.

Quatro anos mais tarde, no âmbito do VI Congresso da APS, encontramos duas comunicações sobre problemáticas relacionadas com a reforma da Administração Pública, ambas direcionadas para o estudo do setor hospitalar. Uma das comunicações foi realizada por Carvalho, em coautoria com Rui Santiago¹⁵, sobre a reforma administrativa no setor da saúde e a influência do managerialismo no seu funcionamento. Baseando-se nos dados recolhidos para a tese de doutoramento de

¹⁴ Não foi possível determinar a formação académica deste autor. Consideramos, ainda assim, o seu trabalho, uma vez que foi apresentado no âmbito de um congresso promovido pela APS destinado à divulgação científica na área da Sociologia.

¹⁵ Docente na Universidade de Aveiro, é doutorado em Ciências da Educação.

Carvalho¹⁶, os investigadores refletem sobre o impacto da reforma hospitalar nas estruturas orgânicas dos hospitais, concluindo que estas se afastam das burocracias profissionais e se aproximam dos modelos de gestão do setor privado. A segunda apresentação é da autoria de Stoleroff e Correia (2008), em que são debatidos os efeitos da empresarialização dos hospitais públicos para o mercado de trabalho médico, assim como os esforços desenvolvidos pelos sindicatos do setor para fazer face à desregulação do mercado de trabalho médico e à individualização das relações laborais.

Stoleroff realizou outra apresentação, já no VII Congresso da APS em coautoria com Patrícia Santos¹⁷, dedicado ao estudo da profissão docente no contexto da reforma educativa. Neste trabalho, apresentam os resultados parciais de um estudo que pretende analisar as reações dos professores às medidas de reforma educativa considerando diversas variáveis, como o número de anos de serviço, o género, a área disciplinar e o nível de envolvimento em associações profissionais e sindicatos de professores. Utilizando uma metodologia qualitativa, verificam que os professores se posicionam face às reformas com base em esquemas de pensamento e de ação reflexivos, observando diferenças entre grupos em função da antiguidade e do associativismo (Stoleroff e Santos, 2012).

No âmbito dos eventos promovidos pela APS, refira-se ainda o I Encontro Internacional da secção temática Trabalho, Organizações e Profissões, ocorrido em 2011. As comunicações realizadas neste evento foram publicadas nas atas do congresso, sob a coordenação de Ana Paula Marques, Carlos Manuel Gonçalves e Luísa Veloso, em 2013. Neste evento, Teresa Carvalho, Rui Santiago e Andreia Ferreira (2013) apresentaram um trabalho de pesquisa sobre os efeitos das reformas administrativas no setor da saúde e do ensino superior para o profissionalismo dos enfermeiros e dos académicos, analisando a incorporação de linguagem de gestão nos discursos destes atores e eventuais alterações nas atitudes profissionais. Por seu lado, Madureira e Rodrigues (2013) apresentam uma comunicação sobre o papel da avaliação do desempenho individual no setor público, começando por discutir as suas particularidades, dificuldades e limitações. Posteriormente, elaboram uma breve análise da implementação do modelo SIADAP nos primeiros seis anos após a entrada em vigor

¹⁶ Carvalho, Teresa (2006). *A Nova Gestão Pública, as reformas no sector da saúde e os profissionais de enfermagem com funções de gestão em Portugal*. Universidade de Aveiro, Tese de Doutoramento em Ciências Sociais.

¹⁷ Mestre em Sociologia pelo ISCTE-IUL, cujo trabalho de mestrado foi orientado por Alan Stoleroff.

(em 2004), identificando as suas lacunas e fornecendo pistas de melhoria, como por exemplo, o desenvolvimento de um sistema de avaliação do desempenho de grupo.

A APSIOT, por seu turno, realizou em 2009 uma tertúlia, em Lisboa, intitulada “Administração Pública. Avanços ou retrocessos?” e integrada num ciclo de conferências. Contou com a participação de António Norberto Rodrigues, Luís Botelho e Arminda Neves (www.apsiot.pt, 2014). No ano seguinte, organizou uma conferência exclusiva ao contexto da administração pública, sob o tema “Radiografia social da administração pública portuguesa” em que participaram alguns sociólogos, como por exemplo, Paulo Machado, Vice-presidente da Direção da APS na altura, Arminda Neves, Vice-presidente da APSIOT e Luís Botelho (Direção da APSIOT) (*id, ibid*). No XV Encontro, ocorrido em 2013, encontramos uma comunicação de Stoleroff e Alves¹⁸ sobre a problemática da situação laboral e profissional dos professores do ensino público e do associativismo docente.

3.4. Tematizações, tendências e protagonistas

Os trabalhos e comunicações apresentados neste *paper* parecem indiciar a existência de quatro grandes grupos temáticos (ver tabela 1), observando-se com alguma regularidade a interação com outros domínios da Sociologia (e.g. Sociologia da Saúde, Sociologia da Educação e Sociologia Política) e de outras disciplinas, como a Psicologia Social e a Gestão de Recursos Humanos. Tal não será de estranhar, pois de acordo com Machado (2009) o domínio da Sociologia do Trabalho, das Organizações, das Profissões e do Emprego é o que apresenta uma maior interação com outras ciências sociais.

A maioria das pesquisas apresentadas tem como problemática de fundo as reformas administrativas implementadas desde finais do século passado, diferindo contudo nas variáveis estudadas e no universo considerado – a administração pública no geral ou um setor de atividade em particular.

¹⁸ Mestre em Sociologia pelo ISCTE-IUL, cujo trabalho de mestrado foi orientado por Alan Stoleroff.

Tabela 1. Grupos e sub-grupos temáticos das pesquisas sociológicas desenvolvidas sobre a Administração Pública e respectivos autores.

Grupos temáticos	Sub-grupos temáticos	Investigadores/ autores
Caracterização dos RH da administração Pública	Dirigentes e gestores públicos	Nunes (2004)
Clima e cultura organizacional		Ganhão (1994a, 1994b e 1995) Rodrigues (1994) Rodrigues (2000) Bilhim (2012)
Políticas de Gestão de Recursos Humanos	Formação e requalificação	Madureira (2000)
	Recrutamento e seleção de dirigentes	Madureira (2000 e 2013) Madureira e Rodrigues (2006) Madureira e Ferraz (2010)
Reforma administrativa	Contextualização e etapas	Mozzicafreddo e Gouveia (2011)
	Mudança organizacional	Ganhão (1994a, 1994b e 1995)
	Relações Laborais e sindicalismo	Stoleroff e Correia (2008) Correia (2011a, 2011b e 2012) Gonçalves (2013)
	Avaliação do desempenho, meritocracia e gestão por objetivos	Madureira e Rodrigues (2011) Bilhim (2012 e 2013) Madureira (2013) Gonçalves (2013)
	Profissionalismo	Carvalho (2009, 2010) Correia (2011a, 2012) Stoleroff e Santos (2012) Carvalho, Santiago e Ferreira (2013)
	A NGP no setor da saúde	Carvalho e Santiago (2008) Carvalho (2009 e 2010) Correia (2009, 2011a, 2011b e 2012) Carvalho, Santiago e Ferreira (2013)

Fonte: elaboração própria.

3.5. Caracterização biográfica dos investigadores

Neste ponto, apresentamos de forma resumida os percursos académicos e profissionais dos investigadores/ autores citados anteriormente (tabela 2).

Tabela 2. Resumo biográfico dos investigadores da Administração Pública citados neste trabalho

Investigador	Formação Académica	Percurso profissional
Alan Stoleroff ¹⁹	Doutoramento em Sociologia, pela Rutgers University, em 1983; Mestrado em Sociologia, pela Rutgers University, em 1979 Licenciatura em Sociologia, Suny Binghamton, em 1975.	Professor Associado no ISCTE; Investigador no CIES/ISCTE-IUL.
António Norberto Rodrigues	Doutoramento em Sociologia	Responsável de RH na Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT); Presidente da Direção da APSIOT.
César Madureira	Doutorado em Gestão, pela Faculdade de Ciências da Economia e da Empresa, da Universidade Lusíada; Mestre em Sociologia Organizacional, pelo ISEG.	Investigador auxiliar no Instituto Nacional de Administração (INA, I.P.); Professor Convidado no ISCTE-IUL; Professor na Universidade Lusíada de Lisboa.
Filipe Abreu Nunes	Doutorado em Ciências Sociais (Sociologia Política, pelo ICS, em 2012; Licenciado em Sociologia, pelo ISCTE-IUL, em 1998	Desempenho de diversos cargos públicos, nomeadamente assessor e adjunto de membros do Governo; Docente na Faculdade de Direito – Universidade de Lisboa.
João Bilhim	Doutoramento em Sociologia, pelo ISCSP, em 1993.	Exercício de diversos cargos de gestão pública, entre os quais Presidente da Comissão de Recrutamento e Seleção da Administração Pública; Presidente e Docente no ISCSP.

¹⁹ Sociólogo radicado em Portugal há três décadas.

Investigador	Formação Académica	Percurso profissional
Juan Mozzicafreddo	<p>Agregação em Sociologia Política, pelo ISCTE-IUL</p> <p>Doutoramento em Ciências Políticas, pela Université de Montpellier</p> <p>Licenciatura em Ciências Políticas, pela Universidad del Salvador</p>	<p>Professor Catedrático no ISCTE-IUL;</p> <p>Vice-presidente do ISCTE-IUL de 2006 a 2009;</p> <p>Investigador no CIES-IUL.</p>
Maria Teresa Ganhão	<p>Frequência do doutoramento em Sociologia na Universidade de Barcelona;</p> <p>Mestrado em Sociologia Aprofundada e da Realidade Portuguesa, em 1997;</p> <p>Licenciatura em Filosofia, pela Universidade Católica Portuguesa, em 1983.</p>	<p>Investigadora no Instituto de Estudos e Divulgação Sociológica, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – UNL, do qual foi vice-presidente no triénio 1995-1997;</p> <p>Exercício de diversos cargos públicos de coordenação e assessoria técnica.</p>
Nuno Ivo Gonçalves	<p>Doutoramento em Sociologia, especialidade Sociologia Política, pelo ISCTE, em 2013;</p> <p>Mestre em Administração e Políticas Públicas, pelo ISCTE, em 2003;</p> <p>Licenciado em Economia, pelo ISE</p>	<p>Docente no ISE e no ISG</p>
Teresa Carvalho	<p>Doutoramento em Ciências Sociais, pela Universidade de Aveiro;</p> <p>Mestrado em Gestão de Recursos Humanos, pela Universidade do Minho;</p> <p>Licenciatura em Sociologia, pela Universidade de Coimbra.</p>	<p>Docente na Universidade de Aveiro;</p> <p>Investigadora no CIPES-UA.</p>
Tiago Correia	<p>Doutoramento em Sociologia, pelo ISCTE-IUL, 2011;</p> <p>Licenciatura em Sociologia do Planeamento, pelo ISCTE-IUL, 2007.</p>	<p>Professor convidado no ISCTE;</p> <p>Investigador no CIES/ISCTE-IUL.</p>

Fonte: informações recolhidas através da *Web*.

Analisando a tabela 2, constata-se que os sociólogos dedicados ao estudo da Administração Pública são também eles atores neste contexto, exercendo diversas funções públicas, quer como docentes universitários, quer como investigadores inseridos em laboratórios científicos, quer ainda como dirigentes ou assessores.

Considerações finais

Após a institucionalização da Sociologia em Portugal, e sobretudo a partir da década de 1990, tem-se assistido a um grande desenvolvimento desta disciplina e profissão, levando à consolidação do grupo profissional (Costa, 1988) e ao amadurecimento das ferramentas analíticas com que os sociólogos trabalham (Machado, 1996).

A Sociologia do Trabalho, das Organizações e das Profissões teve um início tardio em Portugal, fruto do atraso no desenvolvimento da Sociologia no nosso país. Este novo domínio clássico despertou um grande interesse por parte dos investigadores, atingindo um volume e uma constância de produção ímpares, o que levou à constituição de uma associação científica própria e à edição de uma revista. Por este motivo, assume-se quase como um domínio autónomo dentro da Sociologia (Machado, 2009). A prática de pesquisa neste domínio não tem sido igual, privilegiando alguns temas e deixando cair outros (Stoleroff, 1992b). No que respeita ao estudo dos serviços públicos, parece existir uma fraca expressão até finais do século passado, que vem-se alterando devido a um crescente aumento de pesquisas publicadas no panorama editorial português.

O interesse dos sociólogos pela problemática do trabalho no setor público afigura-se-nos muito importante para a análise e compreensão das dinâmicas organizacionais desta macro instituição, estudando variáveis não analisadas pelas abordagens tradicionais de cariz político-legalista, nomeadamente, as relações dos diversos atores e protagonistas entre si e com a instituição em que se inserem, bem como os efeitos de mudanças organizacionais nas relações laborais e na gestão dos recursos humanos. Embora se assista a um maior interesse por parte de sociólogos pela problemática do trabalho e das dinâmicas organizacionais da Administração Pública, o número de estudos parece-nos ainda pequeno. Atendendo a este facto, contamos que um maior número de investigadores doutorados na área da Sociologia do Trabalho, das Organizações, das Profissões e do Emprego, e com práticas de pesquisa fortemente desenvolvidas, se venha a dedicar com mais atenção a este tema.

Referências bibliográficas

- Ágoas, Frederico (2013), *Ensaio bibliográfico* “Narrativas em perspetiva sobre a história da sociologia em Portugal”. *Análise Social*, 206, XLVIII (1.º), pp. 221-256.
- Almeida, João Ferreira de (1992). “Trabalhar em Sociologia, ensinar Sociologia”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 12, pp. 187-199.
- Almeida, Paulo Pereira de (2005). “Serviço(s) e sociologia do trabalho. Que práticas? Que objectos?” *Sociologia – Problemas e Práticas*, 47, pp. 47-67.
- Antunes, Ricardo e Tiago Correia (2009). “Sociologia da saúde em Portugal – Contextos, temas e protagonistas”. *Sociologia – Problemas e Práticas*, 61, pp. 101-125
- Barroso, Margarida, Magda Nico e Elisabete Rodrigues (2011), “Género e sociologia: uma análise das desigualdades e dos estudos de género em Portugal”, *Sociologia Online*, n.º 4, pp. 73-102.
- Bilhim, João (2012). “A meritocracia na administração pública”. In Hugo Silvestre e Joaquim Araújo (Eds.). *Coletânea em administração pública*. Lisboa: Escolar Editora, pp. 163 – 180.
- Bilhim, João (2013). “Gestão por objetivos, desempenho e progressão na carreira In César Madureira e Maria Asencio (Orgs.). *Handbook de Administração Pública*. Lisboa: INA Editora, pp. 189-203.
- Cantante, Frederico (2012). “O direito no campo da investigação sociológica em Portugal: tendências, tematizações e protagonistas”. *CIES e-Working Paper* n.º 129.
- Carvalho, Teresa (2009), *Nova gestão pública e reformas da saúde: o profissionalismo numa encruzilhada*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Carvalho, Teresa (2010). “Profissionalização na enfermagem. Os discursos dominantes no contexto institucional”. In Ana Delicado, Vera Borges e Steffen Dix (Eds.). *Profissão e vocação. Ensaios sobre grupos profissionais*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, pp. 21-48.
- Carvalho, Maria Teresa e Rui Santiago (2008). “Re(formas) da burocracia: a nova gestão pública e a organização hospitalar” (VI Congresso Português de Sociologia). Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia.
- Carvalho, Maria; Rui Santiago e Andreia Ferreira (2013). “(Re)construção profissional sob a influência da Nova Gestão Pública. Um estudo comparativo”. In Ana Paula Marques, Carlos Manuel Gonçalves e Luísa Veloso (Coords.), *Trabalho, organizações e profissões: recomposições conceptuais e desafios empíricos*. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, pp. 357-382.
- Casanova, José Luís (1996). “Campo sociológico e publicação – a Revista Sociologia – Problemas e Práticas (1986-1996). *Sociologia – Problemas e Práticas*, 20, pp. 131-168.
- Correia, Tiago (2009). “A reconceptualização dos modos de produção de saúde no contexto da reforma hospitalar portuguesa. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 85, pp. 83-103.
- Correia, Tiago (2011a). *A gestão das incertezas nas certezas da gestão: uma abordagem sociológica sobre os efeitos da empresarialização hospitalar nas relações profissionais*. Lisboa: ISCTE, tese de doutoramento.
- Correia, Tiago (2011b). “New public management in the portuguese health sector: a comprehensive reading.” *Sociologia On line*, 2, pp. 573-598.

- Correia, Tiago (2012). *Medicina: o agir numa saúde em mudança*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Costa, António Firmino da (1988). “Cultura profissional dos sociólogos”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 5, pp. 107-124.
- Cunha, Sandra Mestre da (2008), “Quem estuda o quê em Portugal: uma análise da produção sociológica portuguesa numa perspectiva de género”, *Cies e-Working Paper*, n.º 51.
- Ferreira, António Casimiro e Hermes Augusto Costa (1999). “Para uma sociologia das relações laborais em Portugal”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, pp. 141-171.
- Freire, João (1993). “Sociologia, sociologia do trabalho.” *Sociologia - Problemas e Práticas*, 14, pp. 9-17.
- Freire, João (2001). *Sociologia do trabalho – uma introdução* (2.ª ed.). Porto: Edições Afrontamento.
- Friedman, Georges e Pierre Naville (1973). *Tratado de sociologia do trabalho*. São Paulo: Editora Cultrix.
- Ganhão, Maria Teresa (1994a). “A desburocratização das mentalidades na administração pública portuguesa.” *Fórum Sociológico*, 5, pp. 7-18.
- Ganhão, Maria Teresa (1994b) “O processo de modernização da administração pública portuguesa”. *Fórum Sociológico*, 4, pp. 181-199.
- Ganhão, Maria Teresa (1995). “A resistência à mudança: causas, variáveis psicossociais e atenuantes (o caso da administração pública)”. *Organizações e Trabalho*, 14, pp. 95-106.
- Gonçalves, Carlos Manuel (2008). "Análise sociológica das profissões: principais eixos de desenvolvimento." *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* 18, pp. 177-224.
- Gonçalves, Carlos Manuel; Parente, Cristina; e Veloso, Luísa (2001). “Licenciados em sociologia: ritmos e formas de transição ao trabalho.” *Sociologia - Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 11, pp. 31-94.
- Gonçalves, Nuno Ivo (2013). *O progresso da ideia de gestão empresarial na administração pública portuguesa*. Lisboa, ISCTE-IUL: dissertação de doutoramento em Sociologia.
- Hespanha, Pedro (1996). “Os custos e os benefícios da institucionalização tardia da Sociologia em Portugal.” *Oficina do CES*, 78.
- Kovács, Ilona; e Moniz, António Brandão (1986). “Iniciativa em Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho e a formação da APSIOT – Associação Portuguesa de Profissionais em S.I.O.T” *Sociologia – Problemas e Práticas*, 1, pp. 179-181.
- Machado, Fernando Luís (1993). “O ensino da sociologia: entre a ciência e a profissão.” *Cadernos de Ciências Sociais*, 12/13, pp. 81-106.
- Machado, Fernando Luís (1996), “Profissionalização dos sociólogos em Portugal: contextos, recomposições e implicações”, *Sociologia - Problemas e Práticas*, 20, pp. 43-103.
- Machado, Fernando Luís (2009), “Meio século de investigação sociológica em Portugal: uma interpretação empiricamente ilustrada”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras*, série I, 19, pp. 283-343.
- Madureira, César (2000). “A formação profissional contínua no contexto de modernização da administração pública em Portugal.” *Sociedade e Trabalho*, 11, pp. 73-85.

- Madureira, César (2013). “Profissionalização e avaliação dos dirigentes de topo na Administração Pública: o caso de Portugal.” In César Madureira e Maria Asencio (Orgs.). *Handbook de Administração Pública*. Lisboa: INA Editora, pp. 159-172.
- Madureira, César e David Ferraz (2010). “As configurações político-administrativas e a selecção de dirigentes – o caso da administração pública portuguesa.” *Sociologia – Problemas e Práticas*, 63, pp. 51-69.
- Madureira, César e Maria Asencio (2013). *Handbook de Administração Pública* (Orgs.). Lisboa: INA Editora.
- Madureira, César e Miguel Rodrigues (2013). “A avaliação do desempenho individual no contexto da Administração Pública Portuguesa - desafios e limitações do SIADAP”. In Ana Paula Marques, Carlos Manuel Gonçalves e Luísa Veloso (Coords.), *Trabalho, organizações e profissões: recomposições conceptuais e desafios empíricos*. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, pp. 579-606.
- Madureira, César e Miguel Rodrigues (2006). “A evolução das formas de recrutamento e de avaliação do desempenho dos funcionários e dos dirigentes na administração pública portuguesa – contributos para a reforma administrativa.” *Sociedade e Trabalho*, 29, pp. 39-54.
- Madureira, César e Miguel Rodrigues (2007). “Os desafios da avaliação do desempenho na administração pública do século XXI.” *Sociedade e Trabalho*, pp. 27-43.
- Marques, Ana Paula (2004). *Uma introdução à sociologia do trabalho*. Braga, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais.
- Mozzicafreddo, Juan e Carla Gouveia (2011). “Contextos e etapas de reforma da administração pública em Portugal”. In Juan Mozzicafreddo e João Salis Gomes (Orgs.), *Projectos de inovação na gestão pública*. Lisboa: Editora Mundos Sociais, pp. 5-62.
- Neto, Hernâni Veloso (2013). “A segurança e saúde no trabalho na produção sociológica”. In Ana Paula Marques, Carlos Manuel Gonçalves e Luísa Veloso (Coords.) *Trabalho, organizações e profissões: recomposições conceptuais e desafios empíricos*. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, pp. 125-146. Disponível em <http://www.aps.pt/?area=102&mid=005&idpub=PUB46360a8177c8e>
- Nunes, Adérito Sedas (1988), “Histórias, uma história e a História: sobre as origens das modernas Ciências Sociais em Portugal”, *Análise Social*, XXIV (100), pp. 11-55.
- Nunes, Filipe Abreu (2004). “Quem dirige a administração pública portuguesa?” *Sociedades contemporâneas: reflexividade e acção* (V Congresso Português de Sociologia). Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, pp. 18-22.
- Pinto, José Madureira (2004). “Formação, tendências recentes e perspectivas de desenvolvimento da sociologia em Portugal.” *Sociologia - Problemas e Práticas*, 46, pp. 11-31.
- Pinto, José Madureira (2007), “A Sociologia em Portugal: formação, tendências recentes e alternativas de desenvolvimento”. In J. M. Pinto, *Indagação Científica, Aprendizagens Escolares, Reflexividade Social*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 69-114.
- Rodrigues, António Norberto (1994). “Cultura organizacional e mudança na administração pública.” *Organizações e Trabalho*, 11, pp. 11-18.
- Rodrigues, Manuel da Costa (2000). “Factores de (in)satisfação e stress organizacional: o caso dos funcionários da segurança social.” *Mudança tecnológica, trabalho e*

- produção* (IV Congresso Português de Sociologia). Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia.
- Rodrigues, Maria João e Marinús Pires de Lima (1987). “Trabalho, emprego e transformações sociais: trajectórias e dilemas das ciências sociais em Portugal”. *Análise Social*, XXIII (95), pp. 119-149.
- Rodrigues, Maria de Lurdes (1997). *Sociologia das Profissões*. Oeiras: Celta Editora.
- Rolle, Pierre (1978). *Introdução à sociologia do trabalho*. Lisboa: A Regra do Jogo, Edições.
- Stoleroff, Alan (1992a). “Sobre a Sociologia do Trabalho em Portugal.” *Sociologia - Problemas e Práticas*, 11, pp. 135-150.
- Stoleroff, Alan (1992b). “Sobre a Sociologia do Trabalho em Portugal – evolução e perspectiva.” *Sociologia – Problemas e Práticas*, 12, pp. 155-169.
- Stoleroff, Alan e Tiago Correia (2008a). “A empresarialização do sector hospitalar público português: a desregulação do mercado de trabalho médico e os desafios sindicais para a sua re-regulação”. *CIES e-Working Paper*, n.º 47.
- Stoleroff, Alan e Tiago Correia (2008b). “Sindicalismos no contexto de reforma dos serviços públicos em Portugal: o sector hospitalar” (VI Congresso Português de Sociologia). Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia.

Web

www.aps.pt

www.apsiot.pt

www.dgaep.gov.pt